

# FOME ZERO: UM GUARDA-CHUVA DE INICIATIVAS

*Entrevista concedida em março de 2005*

*Walter Belik\**

---

A meta colocada pelo Fome Zero era de atender 10,7 milhões de famílias em quatro anos, seja do ponto de vista emergencial, seja do ponto de vista estruturante (...) Acredita-se que se essas famílias tiverem um complemento de renda que possa fazê-las passar para cima da linha da pobreza, em conjunto com outras iniciativas de caráter estruturantes como: micro-crédito, reforma agrária e uma série de outras coisas, será possível alavancar o crescimento delas.

Walter Belik, 2005.

**Alan Maia Silva** - *Como o senhor se envolveu com políticas relacionadas ao direito à alimentação e o combate à fome? Em que ano? Através de qual iniciativa?*

**Walter Belik:** Eu estou trabalhando com isso desde meados dos anos 1990, mas eu entrei pela área do abastecimento, porque eu trabalho com economia agrícola, mas, basicamente, com o lado pós-fazenda, depois da porteira. Eu sempre estive envolvido com abastecimento. A partir dos anos 1990 eu comecei a escrever sobre a área de supermercados, de abastecimento e distribuição. Em 2000, eu fui convidado para trabalhar no Instituto Cidadania, que era uma ONG dirigida pelo Presidente Lula, no sentido de estudar e de montar uma proposta de política de segurança alimentar e de combate à fome. Naquele ano nós montamos uma equipe, com três coordenadores e alguns colaboradores. Na verdade, nós chegamos a ter mais de cem colaboradores nas diversas áreas: nutrição, economia, logística, medicina, medicina sanitária, etc. Em 2001 nós lançamos o Programa Fome Zero. Foram feitas várias reu-

---

\* **Walter Belik** é professor da Universidade de Campinas, Coordenador Técnico do Projeto Fome Zero no Instituto Cidadania e atual Coordenador da ONG Apoio Fome Zero.

niões, vários debates políticos e finalmente foi lançado no Senado Federal, em Brasília, no dia 16 de Outubro de 2001. Daí para frente eu acabei mergulhando de cabeça nesse assunto porque comecei a me aprofundar nas questões e em cada detalhe de política de segurança de alimentar. Em 2002, o Fome Zero entrou no programa de governo da campanha do Lula, que acabou ganhando a eleição no final do ano. Em 2003, virou política oficial do governo, na condição de política prioritária. Desde então eu tenho colaborado bastante. Eu sou membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, tenho produzido vários trabalhos sobre esse assunto, livros. Também em 2003 foi fundada a ONG Apoio Fome Zero, que é uma iniciativa dos empresários. Os empresários que estavam motivados pela proposta do Fome Zero se reuniram e montaram uma ONG, e eu fui convidado para assumir a sua direção. Desde então eu venho trabalhando aqui e também continuo trabalhando na universidade, mas a parte de implementação de políticas a gente está tocando por aqui.

**AMS** - *Qual a balanço que o senhor faz das ações empreendidas no país na última década para o combate à fome, considerando as ações da sociedade e as políticas públicas direcionadas ao problema? Considere o período anterior a 2003.*

**Belik:** O ponto máximo da década de 1990 foi a criação do Consea, em 1993, que foi resposta dada à sociedade. A sociedade se organizou e o Consea foi criado com uma ampla representatividade. Infelizmente, o Consea durou apenas um ano, de 1993 a 1994. Foram apresentadas várias propostas e, depois, o governo do Fernando Henrique transformou as ações do conselho em Comunidade Solidária e desativou o conselho. Nós tivemos poucas ações na área de segurança alimentar nos anos 1990. Eu até diria que houve um abandono das políticas de segurança alimentar. A política, por exemplo, de estoques reguladores, que era fundamental para que nós tivéssemos mais estabilidade de preço, para que o governo tivesse mais segurança no controle da oferta de alimentos, foi totalmente desativada, os estoques reguladores foram praticamente zerados, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que é a empresa armazenadora foi sucateada, os armazéns foram alugados, foi praticamente privatizada, e isso porque havia uma perspectiva de que a principal batalha a ser travada era o combate à inflação e que, domada a inflação, todo o restante seria resolvido quase que automaticamente. De fato, o governo se concentrou muito no Plano Real. Houve um *boom* de consumo no Plano Real. Muita gente que estava fora de um nível de

inclusão, ou seja, estava abaixo da linha da pobreza conseguiu melhorar um pouco a sua renda, mas paulatinamente essas pessoas foram saindo, foram novamente sofrendo os impactos da conjuntura econômica. Então, eu diria que nos anos 1990 a política de segurança alimentar viveu muito ao sabor da conjuntura. Todos os programas de transferência de renda foram praticamente eliminados ou foram congelados. A única inovação maior foi o Bolsa Escola, que era uma política mais voltada para educação, para tentar manter as crianças na escola e que fazia algum tipo de transferência de renda. O impacto desse abandono das políticas de segurança alimentar só não foi maior porque nós tivemos um momento muito grande das famílias rurais que acabaram se beneficiando pela aposentadoria rural, que foi uma inovação introduzida na Constituição de 1988 e que chegou a meados dos anos 1990 com seis milhões de trabalhadores recebendo a aposentadoria rural. E era uma aposentadoria não contributiva. Então, isso foi uma grande inovação do ponto de vista da justiça social, porque eram trabalhadores que por vários motivos não contribuía, porque o patrão não recolhia, porque eles não eram registrados e passaram a receber. Esses seis milhões acabaram garantindo uma redução nos níveis de pobreza nas áreas rurais. Se você observar os dados do Ipea, você vai ver que aumentou a pobreza nas áreas metropolitanas e reduziu nas áreas rurais. Reduziu um pouquinho, não reduziu muito, mas de qualquer forma eu diria que os anos 1990 não foram muito bons do ponto de vista da melhoria da segurança alimentar do país.

**AMS** - *A Campanha da Ação da Cidadania Contra a Miséria, a Fome e pela Vida, criada em 1993, foi e é uma iniciativa absolutamente vitoriosa em sua capacidade de mobilização social e promoção de ações solidárias. No entanto, muitos especialistas no assunto, inclusive membros do governo atual, desacreditam tais iniciativas pelo seu possível viés assistencialista e descontinuidade das ações. Qual o lugar da solidariedade no combate à fome? Entre a garantia do direito à alimentação e a emergência em se saciar o faminto existe espaço para as campanhas pautadas na solidariedade?*

**Belik:** Existe espaço sim. Eu acho que a Ação da Cidadania fez um trabalho bom, mas, de fato, é um trabalho emergencial, é um trabalho assistencialista, em que você vai mobilizar a sociedade em função da solidariedade e distribuir os alimentos. Solidariedade é bom, é bom mostrar para as pessoas que só com ajuda vai se resolver uma série de questões. As pessoas têm que se mobilizar. Mas por outro lado, isso

tem um viés negativo, que é achar que as pessoas já estão fazendo o que tinham que fazer. Então, a Ação da Cidadania tinha uma proposta, que é a proposta original do Betinho, que era em um primeiro momento você fazer a arrecadação de alimentos e resolver os problemas emergenciais. Aquela idéia de que “quem tem fome tem pressa”, não dá para esperar. Mas a campanha do Betinho previa, o próprio Betinho previa, o que realmente veio a ocorrer, que os comitês se transformassem em núcleos de formação e capacitação de pessoas. Mas a Ação da Cidadania, contra a Fome a Miséria e pela Vida, não foi muito além. Eu acho que a Ação da Cidadania se perpetuou como grande arrecadadora de alimentos, que faz campanhas muito bem sucedidas, faz um trabalho importante, mas eu acho que é um trabalho que deveria ir além. Ela deveria usar todo esse potencial para criar possibilidades estruturantes dessas famílias saírem da pobreza.

**AMS** - *Qual relação ideal entre Estado e sociedade, considerando responsabilidades e possibilidades de ação, deve ser estabelecida para se minimizar a fome?*

**Belik:** O Estado tem um papel fundamental. Não creio que o Estado deva se retirar do seu papel na área social e, também, não entendo que a iniciativa privada tenha que substituir o Estado. Existem alguns aspectos que a iniciativa privada pode usar todo o seu potencial para cobrar o Estado. O Estado, por dever constitucional, tem que garantir educação, saúde, segurança. Agora está se discutindo a possibilidade de se deixar explícito na Constituição o direito à alimentação. A Constituição fala do direito à vida, então, agora a proposta é que o Estado se responsabilize também pela alimentação, porque você tem uma rede de proteção social para educação, saúde e segurança. Os ricos e a classe média não frequentam o hospital público, a escola pública, nem usa a segurança pública. Utilizam a segurança privada e assim por diante. E o rico também se alimenta. O pobre só tem essa rede que funciona muito mal, vai para a fila do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), tem que se valer da polícia ou tem que utilizar a educação pública. Mas o pobre não tem quem o socorra no caso da alimentação. Isso é importante. Essa mudança constitucional pode ter um peso muito importante do ponto de vista jurídico, porque se transforma o Estado em responsável por essas pessoas e se alguém, por acaso, morrer de fome, em última análise, as pessoas poderiam até processar o Estado por não estar cumprindo com essa exigência. De outro lado, a iniciativa privada não pode fechar os olhos para essas questões fundamentais. É importante que as empre-

sas se envolvam com a responsabilidade social, voluntariado, que mobilizem os recursos técnicos e financeiros que têm para apoiar iniciativas ou em parceria com o Estado ou em parceria com as ONGs, ou com a própria iniciativa privada local, para que a gente possa ter um melhor equilíbrio na sociedade.

**AMS** - *O senhor foi um dos Coordenadores Técnicos do Projeto Fome Zero, apresentado pelo Instituto Cidadania, em 2001. O que pode nos dizer sobre os bastidores deste empreendimento? Qual era a tônica dos debates? Quais as maiores dificuldades encontradas para sua formulação?*

**Belik:** As maiores dificuldades foram no sentido de conseguir uma linguagem comum entre os diversos técnicos, que é uma dificuldade que nós temos até hoje. Normalmente, as áreas de saúde não conversam com as áreas de alimentação, com a área de vigilância sanitária, com a área de educação, de geração de renda. Nós temos aí um conhecimento que acaba ficando estanque e compartimentalizado e que dificulta o tipo de discussão. Então, qual é a definição de uma pessoa pobre para uma pessoa da área de saúde e qual é para uma outra da área de educação? Ao usar o conceito de segurança alimentar a gente está tentando ter um denominador comum. Estamos falando de quantidade, qualidade e regularidade de alimentos. Então essa foi uma dificuldade muito grande para o ajustamento das equipes, porque cada área queria eleger um grupo prioritário, cada área tinha suas formas de atuar, sua metodologia de trabalho, e isso foi bastante complicado. Além disso, como nós trabalhamos com grandes nomes, tem um jogo de vaidades que é difícil de administrar. Esse jogo de vaidades se acirrou com a vitória do Lula. Alguns colaboradores se sentiram no direito de reivindicar cargos, de reivindicar espaços na composição do governo.

**AMS** - *O senhor já definiu o Fome Zero como um “guarda-chuva de iniciativas” que abrange inúmeras. Afinal, o Fome Zero é um “projeto” ou uma “legenda”? Ou seja, trata-se, de fato, de um programa único com foco, estratégia e metas a serem alcançadas ou de um símbolo que congrega uma ampla gama de políticas para combater a fome, a miséria e promover justiça social?*

**Belik:** Eu acho que ele é um projeto. É um projeto que tem abaixo dele uma série de programas. Esses programas têm metas. O projeto é uma coisa mais geral, é que estabelece metas, mas que coloca objetivos muito gerais que podem ser depois administrados e geridos pelos diversos programas. A meta colocada pelo Fome Zero era de atender 10,7

milhões de famílias em quatro anos seja do ponto de vista emergencial, seja do ponto de vista estruturante. Acredita-se que se essas famílias tiverem um complemento de renda que possa fazê-las passar para cima da linha da pobreza, em conjunto com outras iniciativas de caráter estruturantes como: micro-crédito, reforma agrária e uma série de outras coisas, será possível alavancar o crescimento delas. E aí, pouco a pouco, essa ajuda emergencial pode ser retirada. Ele vem um pouco na linha de outros programas que vêm sendo desenvolvidos de política social na América Latina e África, e tem tudo aquilo que os técnicos chamam de terceira geração de programas sociais, que são programas com condicionalidades. Eles tentam atuar no nível emergencial, mas também fazem um acompanhamento das famílias, de forma que se tenha as portas de saída. Também tem uma outra característica, ele é um programa híbrido. Ele trabalha tanto no foco inicial, como na universalização do direito humano à alimentação. Então, ele, em determinados programas, atua com o foco muito dirigido, mas outros programas são universais. Por exemplo, bancos de alimentos, restaurantes populares e a parte de qualidade dos alimentos são programas universais. Ele é difícil de entender, de fato é um guarda-chuva porque ele pressupõe – e essa foi a dificuldade que nós tivemos na equipe – essa transversalidade de objetivos e temas.

**AMS** - *É possível estabelecer divergências entre formulações originais do Projeto Fome Zero de 2001 para o que tem sido implementado a partir de 2003? Em caso afirmativo, quais seriam?*

**Belik:** Nós tivemos algumas mudanças em relação ao que tinha sido proposto. O nível de condicionalidades era muito mais alto no projeto original, no qual se propôs, por exemplo, que as transferências de renda, via Cartão Alimentação, que era uma política específica, tivessem condicionalidades estritas. Se exigia que as famílias comprassem comida, comprassem alimentos com a transferência de renda. O Cartão Alimentação foi baseado no *Food Stamp* americano. Nós já fomos até acusados de termos copiado o *Food Stamp* americano. De fato, ele foi muito inspirado no *Food Stamp* americano, mas nós não temos vergonha de dizer isso. Nós tivemos, inclusive, uma assessoria direta do USDA (*United States Department of Agriculture* – o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos). O projeto esteve lá em Washington, conversou com os técnicos, eles estiveram no Brasil, fizeram apresentações para nós. E o *Food Stamp* americano está fazendo essa condicionalidade estrita. O cartão, por exemplo, do *Food Stamp* agora não é mais um cupom, é um

cartão, ele é parametrizado. A pessoa não pode entrar no supermercado e comprar qualquer coisa. Então, esse tipo de coisa caiu em 2003. Com a saída do Graziano também se terminou com os Comitês Gestores, que era o controle social que se estabelecia para o Fome Zero. Agora nós temos o que o Patrus está chamando de Comitês Fome Zero, mas não é a mesma coisa. Então houve uma mudança, houve, talvez um aperfeiçoamento, ou talvez, em função da necessidade de andar muito rápido, se deixou de lado essa idéia dos comitês gestores. Essa é uma mudança que eu acho fundamental. Na área de agricultura, se esperava trabalhar com um empenho maior na área de produção familiar. Acabou saindo um programa que é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que ainda é muito modesto. Ele gastou no ano passado R\$ 200 milhões, o que é muito pouco. Então, eu diria que na reforma agrária também não está se atingindo as metas. O programa de micro-crédito que foi proposto está sendo implementado, mas está andando muito devagar, eu diria que precisa ser reavaliado. Então, existem algumas coisas que na prática tiveram problemas e que foram reavaliados.

**AMS** - *Qual o balanço que o senhor faz do combate à fome e à pobreza no governo Lula?*

**Belik:** Eu acho que está indo bem. Se a gente for colocar na balança o resultado é positivo. Nós tivemos o Bolsa Família que é uma reivindicação que se colocava, havia um desejo dos técnicos de unificação dos programas. Isso foi discutido durante o ano de 2003 inteiro e representa uma economia de recursos enorme do ponto de vista administrativo. A própria fusão dos ministérios de Assistência Social com o Mesa foi um avanço. E hoje o Bolsa Família está atendendo seis milhões e 800 mil famílias, algo em torno desse número. Isso mostra que a meta dos 10 milhões e 800 mil famílias será atingida, é bem provável. O Bolsa Família tem problemas, ele está trabalhando com cadastros que são velhos e desatualizados. Esses cadastros foram feitos a partir do Cadastro Único, que foi implementado no governo do Fernando Henrique, em 2003. O cadastro único tem uma série de problemas, é um cadastro complicado de ser preenchido. Foi preenchido em alguns casos pelo Prefeito. Foi alguém que colocou os nomes das pessoas. Então, nós estamos vivendo esse problema hoje. Hoje, uma parte dos cadastros não serve e aí surgem os desvios com relação ao dinheiro do Bolsa Família. Mas isso já existia no passado. O interessante é que a mídia nunca deu muita importância para isso. No Bolsa Escola nós herdamos o cadastro, o Bolsa Escola existe desde 1994. Então, se não se controlava a frequên-

cia antes, também fica difícil controlar agora. Está se tentando resolver. Outras políticas também avançaram bastante, vou citar aqui algumas. Na merenda escolar, houve um aumento significativo no valor da transferência da merenda escolar, estavam oito centavos e passou para 13, depois para 15 e hoje está passando para 18 centavos. Os oito centavos dos oito anos do governo do Fernando Henrique eram absolutamente insuficientes. Houve um aumento radical, mais de cem por cento do valor da transferência da merenda escolar. E com um controle maior, o programa está indo bem. O programa de restaurantes populares está indo bem também. Os bancos de alimentos, que é um programa importante de participação da sociedade – eu não o vejo como um programa público –, é um programa em que o Estado tem que dar apoio a formação dos bancos de alimentos, também está andando muito bem. Nós temos mais de 100 bancos de alimentos trabalhando dentro do Brasil, coisa que há dois anos atrás, quando começou o governo Lula, nós só tínhamos 20. Isso demonstra que a sociedade se mobilizou, as prefeituras se mobilizaram e que nós estamos trabalhando muito melhor, sem desperdício. O próprio PAA é uma inovação radical, porque trabalha diretamente com a compra da agricultura familiar. Ele foi modesto, está sendo modesto, mas, em algumas áreas, ele tem um peso importante. No leite, por exemplo, houve uma compra de, salvo engano, 300 milhões de litros de leite, o que é muita coisa, seriam quase três por cento da produção nacional de leite. Isso mostra que o Estado tem poder de controle sobre esse tipo de variável. Existem, também, outros programas, como o Programa de Saúde da Família, os programas de combate à desnutrição, que cresceram. De forma geral, eu diria que há um avanço, radicalmente diferente do momento passado, quando não se tinha uma política de segurança alimentar. Hoje existe uma política de segurança alimentar. Pode ser que ela não esteja funcionando cem por cento, mas temos uma estrutura montada.

**AMS** - *As principais dificuldades encontradas em 2003 para implementação do Fome Zero – dificuldades estas que levaram muitos articulistas a acusar o governo de paralisia na área social – seriam um ministro com perfil inadequado para a função, falta de estrutura do Mesa e o gigantismo do projeto. O senhor concorda com esta perspectiva? O que mais poderia dizer sobre a questão?*

**Belik:** Eu não concordo. Creio que os articulistas pouco gastaram de tempo para analisar o programa. Conversei com diversos jornalistas e quando começava a perguntar, percebia que nenhum deles tinha lido



coisa nenhuma. São críticas bem apressadas. Normalmente, são críticas que um pauta o outro. Pouca gente, de fato, se debruçou sobre o programa. Talvez um dos problemas que foram apontados, que foi a falta de estrutura do Mesa, possa ser levado em conta, porque, de fato, o ministério não tinha poder, nem condições, de implementar uma série de políticas que estavam em outros ministérios, como: Ministério da Saúde, da Educação, de Assistência Social. Então, tudo dentro do governo acabava sendo burocratizado demais, com reuniões, grupos de trabalhos interministeriais, uma série de coisas que não andavam. O Mesa na verdade era um ministério extraordinário, era um gabinete do ministro, que tinha os assessores, tinha uma área jurídica, uma área de controle interno. Na verdade, não tinha uma estrutura, funcionários, com gente para executar. O Mesa se baseava no apoio que tinha da Conab e de outros órgãos públicos, mas faltou estrutura no início. Se fosse estruturado como uma Secretaria ligada à Presidência da República, talvez tivesse mais impacto, mas estaria subordinada à Casa Civil. É complicado. A burocracia do governo é complicada.

**AMS** - *Há quem diga que o Fome Zero é um sucesso, mas que o governo não está sabendo comunicar à sociedade. O senhor concorda com tal assertiva?*

**Belik:** Nem uma coisa, nem outra. Não diria que é um sucesso. Eu diria que é um avanço. Estamos crescendo. É um programa que está andando, mas ainda falta muito para ser um sucesso. Ele tem problemas bastante críticos ainda em gestão. A questão da cultura social ainda não está totalmente definida, mas se você tem uma estrutura institucional que permite que isso seja resolvido. Existe um Consea, foi realizada a II Conferência de Segurança Alimentar, com dois mil participantes, ou seja, há uma base social que pode dar seguimento ao programa. Agora, eu acho que houve um problema de comunicação inicial no programa. Do ponto de vista dos *marketeiros* que assessoravam o governo, se optou por fazer uma comunicação muito simples, passando para a população a idéia de que o Programa Fome Zero era um programa de doações, um programa de solidariedade. Daí vêm os críticos, que já no primeiro mês de implementação do Fome Zero queriam saber quantas pessoas tinham saído da linha da pobreza, quantos tinham deixado de ser famintos. A discussão com relação à fome também não ficou esclarecida, o governo enveredou em uma discussão que acabou levando a idéia de que se tinha um contingente enorme de pessoas famintas. Então, na realidade, se tentou vender o Fome Zero com uma campanha publicitária

e o programa era muito mais do que isso. Gastou-se muito com comunicação e com comunicação mal dirigida. Então, é importante comunicar, mas os publicitários não entendem nada de programa social.

**AMS** - *Como tem sido a sua experiência junto a Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar – Apoio Fome Zero? Como o senhor avalia a mobilização da sociedade em torno do Fome Zero?*

**Belik:** Eu tenho trabalhando muito com empresários e nós temos um grupo de empresas bastante forte que nos apóiam muito. É um grupo de empresas que já tem uma tradição em responsabilidade social e não conhecia programas voltados para essa área de segurança alimentar. Tinha muita empresa trabalhando com educação, com geração de empregos, cultura, deficientes físicos, etc. E não tinha com essa área de alimentação e segurança alimentar. Foi muito gratificante, porque nós conseguimos aqui juntar vários projetos interessantes e bem estruturados, porque a gente recebe muita demanda também e, a partir de uma boa seleção de projetos, a gente conseguiu apresentar para as empresas coisas inovadoras. As empresas, por outro lado, têm uma série de recursos que podem aportar. Elas têm capacidade técnica, têm um sentido profissional, que é difícil de encontrar em algumas ONGs. Foi um casamento muito interessante juntar projetos, demandas de gente que está lá no campo, com profissionalismo e conhecimento da realidade das empresas. A experiência tem sido muito rica. A gente está trabalhando aqui com merenda, com parcerias de adoção de municípios, estamos trabalhando com alguns projetos localizados na área de geração de renda – rural e urbana –, projetos de reciclagem, etc. Tem uma porção de projetos aqui muito interessantes que mostram um painel da diversidade do que pode ser um programa de combate à fome e de segurança alimentar.

**AMS** - *Com respeito às ações das empresas de apoio ao Fome Zero, o que dizer aos críticos que vêem em seus gestos solidários, na linha da responsabilidade social, uma tentativa de alinhamento com o governo federal para advogar possíveis benefícios políticos?*

**Belik:** Eu acho que se isso está sendo feito para o bem não tem problema. A gente tenta separar bem as coisas. A gente tenta separar e mostrar que não tem objetivos político, que nós não fazemos *lobby*, que a gente não está querendo mostrar para o governo que tal empresa participa, que ela é melhor do que a outra. Logicamente que a empresa muitas vezes se aproveita disso para outras coisas. O importante é que as empresas estão aqui presentes e estão usando o dinheiro para esta desti-

nação final. Nós somos uma ONG muito pequenininha, nós temos sete pessoas aqui. Então, não tem uma estrutura, não tem burocracia. O que a gente faz, na realidade, é uma ponte entre os projetos e os patrocinadores. O recurso que entra, sai quase na totalidade para os projetos. Essa é a satisfação que a gente tem encontrado: viabilizar algumas iniciativas.

**AMS** - *Recente pesquisa divulgada pelo IBGE causou verdadeiro alvoroço na sociedade brasileira. A obesidade foi apresentada como um problema mais grave e muito mais extenso do que a fome. O que pensa sobre a pesquisa e seu impacto político?*

**Belik:** A pesquisa é excelente, muito bem feita. Acontece que os analistas da pesquisa não leram a pesquisa. A pesquisa trata de obesidade e desnutrição e os dados que ela apresenta não são dados que trazem uma grande novidade. O nível de desnutrição da população brasileira já era esperado, estava em torno de quatro por cento. No começo do ano o próprio IBGE já tinha apresentado uma prévia da pesquisa que mostrava isso. Os níveis de obesidade aumentaram, e isso é preocupante, mas também não são uma novidade. Veja só que interessante: se confundiu obesidade com sobrepeso. Então você tem aí um nível de obesidade que aumenta, mas esse número grande de 30% é de sobrepeso. Não tem 30% de obesidade no Brasil. Se tivesse, nós estaríamos em uma situação complicada. A pesquisa mostra, para quem leu a pesquisa, uma série de dados importantes sobre renda. E é sobre isso que nós estamos falando. A pesquisa mostra, por exemplo, na tabela de número oito, que pouca gente leu, que para as famílias que recebem até um salário mínimo, que é o nosso público alvo, um salário mínimo *per capita*, há um nível de consumo de caloria e proteína abaixo do recomendado pela ONU. A ONU recomenda 1.900 calorias diárias, em média, e isso daí não está contemplado em um salário mínimo. A pesquisa também mostra, fazendo um apanhado de renda, que até um salário mínimo, nós temos aproximadamente 77 milhões de pessoas no Brasil. Logicamente, não se tem 77 milhões de pessoas na situação de insegurança alimentar. Porque você tem que dar alguns descontos, tem alimentação fora de casa, tem uma série de coisas aí. Mas mostra um número extremamente preocupante, mostra que você tem um conjunto de pessoas que não tem renda para consumir um mínimo necessário. Por que elas não são desnutridas? Porque elas vivem de caridade, porque elas comem no lixão, porque elas se alimentam de alguma outra forma. Além disso, a pesquisa trabalhou com o IMC (Índice de Massa Corpórea), ou seja, só pesou

e mediu as pessoas. Mas há pessoas obesas com problemas de desnutrição. Obesidade não quer dizer “não-desnutrição”! A pessoa pode estar inchada, ela pode estar com uma série de problemas, Entre eles, o mais grave é o problema de avitaminose. Ao se medir o índice de massa corpórea, você está deixando de lado esses aspectos. Outro problema é o fato de que a pesquisa não mediu jovens e crianças com até 20 anos de idade porque o índice de IMC não se aplica a adolescentes e crianças em fase de crescimento. Mas há uma população enorme do Brasil dentro dessa faixa. Os índices de mortalidade infantil são enormes, ou seja, se você não mediu é porque talvez a criança até já tenha até morrido. Então, a pesquisa aponta coisas importantes, mas essa análise apressada, essa preocupação midiática com anunciar resultados, acaba deixando de lado uma série de outros dados importantes. E a partir daí já se desqualifica. Como se Brasil não tivesse mais o problema da fome, A pesquisa saiu antes do Natal, dia 23 de dezembro, como se fosse um presente de Natal para o brasileiro. Pronto: não precisa se preocupar mais com isso!

**AMS** - *O Presidente Lula prometeu que até o final de seu mandato todo brasileiro teria três refeições diárias. Acredita que conseguirá cumprir essa promessa?*

**Belik:** Acredito. Acho que não é só uma questão de fé, mas é uma questão de termos práticos, de haver recursos já alocados para esse fim. Eu acho que é possível atingir essa meta. Estamos andando rápido. O Bolsa Família está em um nível razoável, que permite imaginar que até o final do mandato se tenha cumprido a meta. Eu acho que é possível.